

CORREIO NACIONAL



Orientação é acionar Disque 100 em caso de violações

Campanha quer proteger menores no carnaval

O Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC) lançou neste sábado (15), em Belo Horizonte (MG), a campanha "Pule, Brinque e Cuide – Unidos pela proteção de crianças e adolescentes" para o carnaval de 2025. De acordo com a ministra da pasta, Macaé Evaristo, o carnaval deve ser "um espaço de diversão, de encontro, da convivência democrática e a gente pula o carnaval, mas defende e protege cada uma das nossas crianças."

A principal preocupação

é a ocorrência de trabalho infantil e exploração sexual de crianças e adolescentes. O propósito é mobilizar quem trabalha e quem festeja no carnaval para proteger seus filhos e também estar atento aos riscos que outras crianças e adolescentes possam correr na folia. A campanha orienta que se um folião, comerciante, turista, passageiro de ônibus ou de avião perceber alguma violação dos direitos de crianças e adolescentes informem imediatamente Disque 100.

Idade para receber vacina

As vacinas contra a dengue que estiverem próximas às datas de vencimento de suas validades úteis poderão ser aplicadas em pessoas com idades fora da faixa etária estipulada para o Sistema Único de Saúde (SUS) e poderão ser remanejadas para municípios ainda não contemplados pela

vacinação. A recomendação está em nota técnica para todos os estados e o Distrito Federal publicada nesta sexta-feira (14). O objetivo, segundo a pasta, é garantir que todos os imunizantes adquiridos cheguem à população, ampliando a proteção contra a doença.

Observatório Nacional de Ortopedia

O Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (Into), situado no bairro do Caju, no Rio de Janeiro, lançou, na última sexta-feira (14), o Observatório Nacional de Ortopedia.

É uma iniciativa para a melhoria contínua da qualidade da assistência ao paciente ortopédico.

HIV e hepatites virais

O Ministério da Saúde – por meio do Departamento de HIV, Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (Dathi) – divulgou esta semana o Painel Logístico de Medicamentos. O painel foi desenvolvido

com o objetivo de divulgar informações detalhadas sobre o consumo, o saldo e a cobertura dos medicamentos antirretrovirais destinados às profilaxias e tratamentos de HIV, aids e antivirais para hepatites virais B e C no Brasil. A ferramenta é uma estratégia de transparência ativa da pasta.

Novas vítimas da ditadura

A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) realizou sua 3ª Reunião Ordinária nesta sexta-feira (14/2).

Dentre os pontos de pauta, foi discutida a possibilidade jurídica de reconhecimento de novos casos de pessoas mortas

e/ou desaparecidas como vítimas da ditadura (1964-1985). Deliberou-se no sentido de referendar a decisão já adotada em sua 2ª Reunião Ordinária de que não há prazo decadencial para a análise de fatos que tenham repercussão histórica.

Prevenção das arboviroses

Na última quinta-feira (13/2), último dia de atividade do Encontro de Novos Prefeitos e Prefeitas, a ministra da Saúde, Nísia Trindade, reforçou a importância da mobilização "Escolas Livres da Dengue - Semana Nacional de Mobilização nas Escolas", um movimento

que envolve estudantes, profissionais da educação e saúde e comunidades na prevenção da dengue, Zika, chikungunya e Oropouche.

A iniciativa, que integra o Programa Saúde na Escola (PSE), contará com atividades em mais de 102 mil escolas pelo Brasil.

Farmácia Popular: saiba como retirar itens da lista

Lista inclui 41 itens entre fármacos, fraldas e absorventes

Todos os itens oferecidos pelo Programa Farmácia Popular passam, desde a última sexta-feira, a ser distribuídos gratuitamente em estabelecimentos credenciados. O anúncio foi feito esta semana pelo Ministério da Saúde. A estimativa da pasta é que a medida beneficie, de forma imediata, mais de 1 milhão de pessoas todos os anos e que, antes, pagavam participação para ter acesso aos insumos e medicamentos.

Com a ampliação da lista de gratuidade, fraldas geriátricas, por exemplo, passam a ser fornecidas de graça para o público elegível, como pessoas com 60 anos ou mais e indivíduos com mobilidades reduzida, incluindo pacientes acamados ou cadeirantes. A dapagliflozina, medicamento utilizado no tratamento do diabetes associado à doença cardiovascular, também será ofertada pelo programa sem custos.

Em julho de 2024, o ministério já havia anunciado uma ampliação para 95% do total de itens oferecidos pelo Farmácia Popular com distribuição gratuita em unidades credenciadas. À época, medicamentos para tratar colesterol alto, doença de Parkinson, glaucoma



A estimativa é que a medida beneficie mais de 1 milhão de pessoas todos os anos

e rinite, por exemplo, passaram a ser retirados de graça. O cálculo da pasta era que cerca de 3 milhões de pessoas poderiam se beneficiar da medida.

O Farmácia Popular oferta, atualmente, 41 itens entre fármacos, fraldas e absorventes. Inicialmente, apenas medicamentos contra diabetes, hipertensão, asma e osteoporose, além de anticoncepcionais, eram distribuídos de forma gratuita. Para os demais remédios e insumos, o ministério

arcava com até 90% do valor de referência e o cidadão pagava o restante, de acordo com o valor praticado pela farmácia.

O programa atende um total de 12 indicações, contemplando medicamentos para hipertensão, diabetes, asma, osteoporose, dislipidemia (colesterol alto), rinite, doença de Parkinson, glaucoma, diabetes associada a doenças cardiovasculares e anticoncepção, além de fraldas geriátricas para

pessoas com incontinência e absorventes higiênicos para beneficiárias do Programa Dignidade Menstrual.

Além da ampliação da gratuidade, o ministério anunciou uma nova fase de credenciamento para farmácias privadas localizadas em municípios que ainda não são atendidos pelo programa. O cadastro de drogarias foi retomado em 2023, após oito anos sem nenhuma nova farmácia incluída.

Anatel apura alerta de terremotos

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) instaurou, na última sexta-feira (14), um processo administrativo para apurar o envio de falsos alertas de terremotos a moradores de diferentes regiões do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Os avisos de tremor no litoral da Região Sudeste foram enviados a usuários do sistema operacional para dispositivos móveis Android pelo Sistema de Alertas de Terremoto desenvolvido pela empresa Google, que também é responsável pelo Android. A companhia pediu desculpas pelo ocorrido.

Disparadas por volta das 2h20 de hoje, as mensagens alertavam os destinatários para as possíveis consequências de um suposto terremoto a cerca de 55 quilômetros da costa, na altura de Ubatuba, no litoral norte paulista.

Embora a Defesa Civil do estado de São Paulo, o Centro de Sismologia da Universidade de São Paulo (USP) e a Rede Sismográfica Brasileira



Companhia investiga a falha e pede desculpas

(RSBR), que é coordenada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, tenham se apressado a desmentir a ocorrência de qualquer abalo significativo, os alertas deixaram muitas pessoas apreensivas.

"Considerando o caso noticiado e o impacto causado na população, a Anatel instaurou um processo administrativo para avaliar a situação em detalhes,

a fim de compreender os mecanismos de geração e de disseminação de tais alertas via redes de telecomunicações", informou a Anatel, em nota divulgada na tarde da última sexta-feira.

Segundo a agência reguladora, os falsos alertas "foram enviados diretamente pelo Google para dispositivos com sistema Android". Verificada qualquer irregularidade, "a

Anatel adotará as providências adequadas junto à empresa responsável, de modo a impedir novos episódios, preservando a eficácia e a credibilidade do Defesa Civil Alerta perante a sociedade". As mensagens do sistema Androide não se confundem com as encaminhadas pelo sistema oficial de alarmes sobre possíveis desastres naturais, o Defesa Civil Alerta.

Em nota divulgada também na sexta-feira, a Google confirmou que seu sistema de alertas para celulares emitiu os alertas, que não foram "desenhados para substituir nenhum outro sistema de alerta oficial". "Em 14 de fevereiro, nosso sistema detectou sinais de celulares em localização próxima ao litoral de São Paulo e disparou um alerta de terremoto aos usuários na região. Desativamos prontamente o sistema de alerta no Brasil e estamos investigando o ocorrido. Pedimos desculpas aos nossos usuários pelo inconveniente e seguimos comprometidos em aprimorar nossas ferramentas.", informou a empresa.

STF

Cigarros saborizado: julgamento é suspenso

Um pedido de vista do ministro Luiz Fux suspendeu nesta sexta-feira (14) o julgamento sobre a validade da norma da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que proibiu a fabricação e a venda de cigarros com sabor artificial.

O julgamento da questão foi retomado no plenário virtual da Corte, mas após a formação do placar de 2 votos a 1 para manter a restrição aos cigarros saborizados, Fux pediu vista e suspendeu a análise do caso. Não há prazo para a retomada do julgamento.

O STF julga um recurso de uma fabricante de cigarros para considerar a RDC nº 14/2012 ilegal.

STF

Porte de maconha para uso pessoal descriminalizado

A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal decidiu na sexta manter a íntegra da decisão da Corte que descriminalizou o porte de maconha para uso pessoal e fixou a quantidade de 40 gramas para diferenciar usuários de traficantes.

O Supremo julga, no plenário virtual, recursos protocolados pela Defensoria Pública e pelo Ministério Público de São Paulo para esclarecer o resultado do julgamento, que foi finalizado em julho do ano passado.

Até o momento, oito ministros seguiram o voto do relator, ministro Gilmar Mendes. No início do julgamento virtual, o relator votou pela rejeição dos recursos.

TSE

TSE Unificado divulga resultado final da prova

O resultado final das provas discursivas do Concurso Público Nacional Unificado da Justiça Eleitoral, para o cargo de analista judiciário, foi publicado no Diário Oficial da União.

Os candidatos que concorreram às vagas reservadas a PCD's terão que fazer a avaliação biopsicossocial. Os autodeclarados negros e indígenas vão passar pelo procedimento de heteroidentificação.

A etapa serve para verificar se o candidato se encaixa nas cotas reservadas a pessoas negras e indígenas com objetivo impedir fraudes e garantir que as vagas sejam ocupadas por aqueles que realmente se enquadram nesses grupos.

TCU

Maior foco na redução de desigualdades regionais

O Tribunal de Contas da União (TCU) fez acompanhamento do primeiro ciclo de fiscalização sobre o alcance dos objetivos estratégicos e específicos no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, relacionados com as áreas de agricultura, meio ambiente e desenvolvimento econômico.

Na análise do 1º ciclo foram abordados quatro programas principais: Agropecuária Sustentável, Bioeconomia, Neoindustrialização, Agricultura Familiar e Agroecologia. Além disso, foram analisadas sobreposições e duplicidades das entregas vinculadas à prioridade "V - Neoindustrialização, trabalho, emprego e renda".